

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/07/2020 a 31/07/2020

Indexação: "Reforma Administrativa"

Documento 1/3

88.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/07/2020- CD 17:52
Publ.: DCD - 7/9/2020 - 137	JOSÉ NELTO-PODE -GO
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 9, apresentada à Medida Provisória nº 925, de 2020, sobre as medidas emergenciais para a aviação civil brasileira diante da pandemia de coronavírus. Apelo à Casa de apreciação do Projeto de Lei nº 6.726, de 2016, a respeito da regulamentação do limite remuneratório tratado no inciso XI e nos §§ 9º e 11 do art. 37 da Constituição Federal. Defesa do corte linear de 30% dos gastos do Poder Legislativo, dos Tribunais Superiores, do Ministério Público, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores. Realização da reforma administrativa.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, quero cumprimentá-lo por presidir esta sessão na parte da tarde desta quarta-feira

A nossa orientação é "não" à emenda e "sim" ao texto.

Quero aproveitar ainda este momento, Sr. Presidente, para que o Congresso Nacional brasileiro faça uma reflexão. Nós temos trabalhado muito durante esse período para ajudar o povo brasileiro na pandemia estamos votando uma matéria que mexe com os interesses dos servidores públicos do nosso País: a PEC dos altos salários. Faço aqui um apelo, em nome da população do meu Estado de Goiás, em nome do Brasil.

É inadmissível um servidor público brasileiro, uma autoridade ganhar mais do que ganha um Ministro do Supremo Tribunal Federal, quase 40 mil reais. Isso é um absurdo! É uma vergonha que a Nação brasileira continue assistindo a esse servidor passar por cima da Constituição brasileira. E perguntamos: que valor tem a Constituição, se juiz não a respeita, se promotor não a respeita? Esse é o apelo que

eu faço.

Durante essa pandemia (*falha na transmissão*) nós, todo o povo brasileiro não é diferente. (*Falha na transmissão*) por todo mundo afora, o poder público dando a sua contribuição, Deputados, Senadores, Ministros, Prefeitos, Governadores. Até hoje, Sr. Presidente, (*falha na transmissão*) apenas a iniciativa privada. Há bares sendo fechados, empresas aéreas sendo fechadas, indústrias sendo fechadas, e qual é o plano que o Governo tem para a retomada da economia? (*Falha na transmissão*) o Parlamentar que não tiver coragem de mostrar o seu voto, a sua cara para o Brasil vote como quiser votar.

Nós do Podemos temos o compromisso de colocar essa PEC em discussão e votação para mostrarmos que o Congresso brasileiro não vai aceitar mais conviver com altos salários passando por cima da Constituição brasileira.

E faço um questionamento: como pode um juiz, ganhando 70 mil, 90 mil, 150 mil, 700 mil reais, julgar um cidadão que ganha 1 salário mínimo, um cidadão desempregado neste Brasil que tem que furtar uma cesta básica para a sua alimentação e da sua família? Isso é muito grave.

Por isso, reitero o meu apelo. Chegou a hora de o poder público brasileiro, o Executivo, o Judiciário, o Ministério Público, os Tribunais de mordomias... O Brasil é o país que tem hoje os chamados Tribunais de mordomias. Basta V.Exa., Sr. Presidente, que é um homem preparado e sabe disso muito bem, dar uma volta pelo Brasil para ver os verdadeiros palacetes que há da Justiça, dos Tribunais de Contas, enquanto o povo não tem casa para morar.

V.Exa. poderia tomar providências, pedindo à sua base, o Congresso Nacional, para votar um corte linear de 30% nos gastos do Poder Legislativo, do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, das Câmaras de Vereadores e também dos Tribunais de Justiça, do Supremo, cortando também, Sr. Presidente, do Ministério Público e de todos os Tribunais.

Chegou a hora de o Poder Legislativo brasileiro, o Congresso Nacional, colocar em pauta essas votações, inclusive a reforma administrativa, que é uma das reformas mais importantes para cortar parte dos excessos do poder administrativo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

10.2020.B

Sessão Outro Evento

16/07/2020-10:48

Publ.: DCD - 7/17/2020 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema, pela saturação da área de saúde pública e pela interiorização do coronavírus. Encaminhamento à Assembleia Legislativa pelo gestor estadual, em meio à pandemia da Covid-19, de propostas de reforma previdenciária, administrativa e sindical. Expectativa de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015, acerca da transformação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, em instrumento permanente de financiamento da educação básica pública.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente Alexandre Frota, um bom dia para V.Exa. e para todos os Deputados e as Deputadas.

Permita-me hoje falar de Minas Gerais. É bom que V.Exa. me ajuda a denunciar para o Brasil inteiro, inclusive para São Paulo, o que vem acontecendo no Estado de Minas Gerais e a denunciar o Governador Zema pelos seus procedimentos durante essa pandemia.

O Governador Zema é uma espécie de Bolsonaro tupiniquim de Minas Gerais, um Bolsonaro das Alterosas. Infelizmente, o comportamento que ele tem com a pandemia é semelhante ao do Presidente da República, e isso está levando Minas Gerais, agora, a um verdadeiro caos.

Para V.Exa. ter uma ideia, Deputado Alexandre Frota, no início da pandemia, o Governador Zema saiu com a seguinte pérola, que virou piada nas terras mineiras: ele disse que o vírus não poderia ficar concentrado em apenas um local; que o vírus teria que viajar.

E o vírus viajou. O problema é que Minas Gerais tem 853 Municípios, e muitos deles, a grande maioria, não têm leitos de UTI, não têm respiradores, não têm condições de fazer um tratamento especializado e socorrer as pessoas vítimas do coronavírus. Precisam muito dos Municípios polos, que têm também poucos leitos de UTI - alguns nem têm.

Essa pressão, Deputado Alexandre Frota, imagine, de todo o interior de Minas, depois de o vírus viajar, passou para a área de saúde em cada Município e nos Municípios polos. Portanto, hoje, estamos saturados,

com mais de 90% dos leitos já ocupados no Estado de Minas Gerais.

Foi o resultado dessa política. Ele deixou o pepino para os Prefeitos resolverem, cada um por si, e não teve a condição real de governança que deveria ter tido nessa pandemia, muito semelhante ao que faz o Presidente Jair Bolsonaro.

O caso é tão grave que, em Belo Horizonte, por exemplo, não há hospital de campanha. Ele prometeu 700 leitos e disse que esta semana vai inaugurar 30 leitos - sem UTI. Isso, depois de uma festa que ele havia feito.

Ao mesmo tempo, esse Governador mandou para a Assembleia Legislativa uma reforma da Previdência, uma reforma administrativa e uma reforma sindical, jogando a culpa nos servidores públicos!

E eu quero parabenizar a bancada da Oposição, em especial o nosso Líder, o Deputado Estadual André Quintão, que resiste a isso dentro da Assembleia Legislativa; a nossa guerreira Beatriz Cerqueira, Presidente da Comissão de Educação, que tem, junto com os servidores públicos, reagido a esse absurdo de atacar os servidores públicos, em plena pandemia, de maneira covarde, com projetos que não podem ser discutidos pelo povo mineiro nem pelos servidores públicos.

Deputado Alexandre Frota, o caso aqui está grave. Nós pedimos socorro! Esse Governador Zema não pode continuar agindo da forma que age, covarde, contra servidores, contra o povo mineiro.

Segunda-feira, esperamos também aprovar o FUNDEB.

Um grande abraço e um bom dia para todos os Parlamentares deste nosso querido Brasil!

Documento 3/3

92.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/07/2020- CD 12:16
Publ.: DCD - 7/17/2020 - 56	SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Retomada dos trabalhos da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Necessidade de avanço da agenda nacional de

desenvolvimento econômico. Importância da implantação de programa de geração de emprego e renda no País. Defesa de realização das reformas tributária e administrativa e de revisão do pacto federativo. Convite ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, de comparecimento à Casa para apresentação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Marcos Pereira, Sras. e Srs. Deputados, hoje é um momento importante da Câmara dos Deputados, porque, na manhã de hoje, sob a liderança do Presidente Rodrigo Maia, nós reinstalamos os trabalhos da Comissão da Reforma Tributária, que, na nossa avaliação, é fundamental para a economia do nosso País.

Nós sabemos que desde a Constituição de 1988 este é o Congresso mais reformista desses últimos 30 anos. Em pouco mais de 8 meses, o Congresso Nacional entregou a reforma da Previdência com a potência fiscal da ordem de mais de 800 bilhões de reais, enquanto países como a França há 3 anos, 4 anos tentam avançar na reforma da Previdência.

Paralelamente, votamos projetos e medidas muito importantes para a economia do Brasil, tais como cessão onerosa, medidas creditícias, marco legal do saneamento, entre outros temas que foram muito relevantes para ajudar na preservação do emprego e da renda da população.

Sabemos que, quando iniciamos o ano, a perspectiva do País era que iríamos crescer em torno de 2% do PIB.

E, com o coronavírus, esse quadro mudou completamente. O déficit primário estimado para o ano estava na ordem de 1,8% do PIB, ou 118 bilhões de reais. Hoje, o nosso déficit já está em 12% do PIB, com previsão de atingir 20%, o que significa mais de 918 bilhões de reais. Se nós juntarmos a dívida, o nosso déficit já passa de 1,1 trilhão de reais. Quando nós analisamos a carga tributária, o Brasil tem hoje carga tributária de 33% do PIB, enquanto os países da América Latina têm carga tributária média de 23% do PIB.

Nós precisamos avançar na agenda do crescimento econômico. Eu defendo, Deputada Perpétua, os programas sociais do Brasil. Eu defendo o Bolsa Família; o PROUNI; o PRONATEC; o Minha Casa, Minha Vida; o Luz Para Todos. Todos são programas fundamentais. Mas, na minha avaliação, o maior programa social do Brasil é o emprego e a renda. E nós só vamos avançar na geração de emprego e renda se avançarmos na Agenda Brasil, com a reforma tributária, a reforma administrativa e o novo pacto federativo, entre outras medidas.

A nossa preocupação é com o fato de que, enquanto o Brasil vai gastar este ano 12% do PIB com o déficit público, vai investir menos de 1% do PIB, infelizmente, tendo em vista que as nossas despesas discricionárias não chegam a 100 bilhões de reais. Então, é fundamental que nós avancemos na reforma tributária.

Nós do Republicanos encaminhamos, na manhã de hoje, ao Presidente Hildo Rocha e ao Relator Aguinaldo Ribeiro uma indicação de convite ao Ministro Paulo Guedes para que, depois de nos enviar a proposta de reforma, ele venha à Câmara Federal apresentá-la, porque há em tramitação a PEC 45/19, do Deputado Baleia; a PEC 110/19, do Senado Federal; e chegará à Casa a PEC do Governo Federal. Esse não é um tema do Governo ou da Oposição. Esse é um tema do País. E é por isso que nós precisamos de unidade para construir a melhor reforma possível.

Sabemos que temos um grande desafio na reforma tributária: pensar no setor terciário, o setor de serviços, que hoje representa mais de 70% da economia das principais cidades do Brasil. E é fundamental que na reforma tenhamos um olhar para o empreendedor individual, para o pequeno e o microempresário, um olhar para o setor de serviços, porque, hoje, nós vivemos claramente, Deputado Alexandre, um manicômio tributário, que gera burocracia, que gera insegurança jurídica, que não cria um bom ambiente de negócios para o investidor nacional ou internacional. E mais do que isso: há 27 legislações de ICMS, mais de 200 legislações de ISS, entre outros impostos que, de certa forma, prejudicam a retomada do crescimento da economia.

Então, é fundamental que, sob a liderança do Presidente Rodrigo Maia, nós possamos avançar nesse tema, para que, mais uma vez, o Congresso Nacional dê uma resposta à sociedade brasileira para fazer com que o Brasil volte a crescer.

Esta vai ser a pior década da história do Brasil em termos de crescimento. O País não atingirá nem 1% do PIB de média de crescimento nos últimos 10 anos. E nós só teremos crescimento com o ajuste fiscal, preservando o teto de gastos e buscando o ajuste através da reforma tributária, através da reforma administrativa, entre outras medidas que nos permitam buscar a retomada do investimento público, a retomada do debate das privatizações...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Eu a peço a V.Exa. que conclua, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE) - ...e da desestatização e, sobretudo, a retomada do investimento na infraestrutura no País: portos, aeroportos, rodovias, estradas. Só dessa

forma nós vamos estimular o crescimento económico.

Muito obrigado, Presidente.
